

Governo mudará medida sobre os salários

O ministro da Justiça, Nélson Jobim, disse ontem que o Governo vai reeditar a Medida Provisória 1.053, que trata da desindexação da economia, provavelmente excluindo os pontos considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Jobim disse que, pessoalmente, não acredita que o Governo vá recorrer da decisão do STF, devendo reeditar a medida até o dia 30, o que lhe dá tempo suficiente para definir uma nova redação.

A informação foi confirmada pelo Palácio do Planalto, embora o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, tenha ressaltado que a Advocacia Geral da União ainda está examinando o interesse e a conveniência de recorrer da decisão do Supremo. Amaral não descartou a possibilidade de se adaptar a MP a partir de sua reedição.

Sérgio Amaral disse que a decisão do STF afeta dois pontos da MP — a figura do mediador e a produtividade — que não são elementos centrais para os objetivos da desindexação e não comprometem os resultados do que o Governo pretende. “O que foi anulado pelo Supremo não afeta o objetivo prin-

cipal da desindexação”, afirmou o porta-voz. Será com esta visão que a Advocacia Geral da União vai decidir se apresentará um recurso contra a decisão do STF ou alterará a MP na sua reedição.

O porta-voz procurou minimizar os efeitos da primeira grande derrota do Governo no STF. Depois de repetir que os objetivos principais do Governo com a medida provisória da desindexação não foram afetados, ressaltou que o presidente Fernando Henrique Cardoso já admite fazer alterações na mensagem enviada ao Congresso. “O Presidente já havia aventado a possibilidade de fazer os ajustes que fossem necessários, no momento da reedição”, afirmou.

Já o líder do Governo no Congresso, Germano Rigotto, disse que a medida deve ser “melhorada” em sua reedição, e que não surpreendeu-se com a suspensão de dois artigos da MP pelo Supremo Tribunal Federal. “O ministro (Sepúlveda Pertence, presidente do STF), por segurança, decidiu conceder a liminar, mas até o julgamento do mérito, vamos avançar no texto e clareá-lo”, disse Rigotto.